A EDUCAÇÃO INFANTIL E O DESENVOLVIMENTO DOS BEBÊS E CRIANÇAS

MARIANA BOMFIM BISPO

RESUMO
A educação infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento dos bebês e crianças, moldando não apenas seu aprendizado acadêmico, mas também sua formação como indivíduos integrais. É nessa fase inicial que as bases para o crescimento cognitivo, emocional, social e motor são estabelecidas, impactando diretamente o futuro desses pequenos seres. Por meio de atividades pedagógicas adequadas, a educação infantil estimula a curiosidade natural das crianças, promovendo a exploração do mundo ao seu redor e o desenvolvimento de habilidades essenciais. Brincadeiras, músicas, histórias e atividades artísticas não só tornam o aprendizado mais divertido, mas também contribuem para o desenvolvimento da linguagem, criatividade e habilidades sociais. Além disso, a educação infantil desempenha um papel crucial no desenvolvimento da autonomia e da autoestima das crianças, incentivando-as a se expressar, a tomar decisões e a interagir de forma positiva com os outros. O ambiente escolar seguro e acolhedor proporciona às crianças a segurança emocional necessária para explorar novos desafios e aprender a lidar com suas emoções. Ao investir na educação infantil, estamos investindo no futuro dessas crianças e da sociedade como um todo. Proporcionar um ambiente estimulante e acolhedor desde os primeiros anos de vida é essencial para garantir um desenvolvimento saudável e equilibrado, preparando as crianças para enfrentar os desafios do mundo com confiança, empatia e criatividade. Assim, a educação infantil não é apenas o início do processo educacional, mas sim o alicerce sobre o qual se constrói todo o percurso acadêmico e pessoal das crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Atividades Pedagógicas; Desenvolvimento; Habilidades.

INTRODUÇÃO

Cada pessoa é moldada por uma multiplicidade de influências que colaboram na formação de sua identidade, implicando que a identidade individual é um processo contínuo que tem início desde o nascimento e se estende até uma certa fase da vida adulta, variando de indivíduo para indivíduo. Assim, os primeiros anos de vida de uma criança são cruciais na edificação de sua personalidade futura, nesse período, são delineados seus traços psicológicos predominantes, a partir das interações que a criança mantém com sua primeira comunidade social, que é a família, seguida pelas pessoas próximas, escola e ambiente em que ela convive de acordo com a tradição moral, religiosa e política da comunidade e do contexto que a cerca. Por conseguinte, esses vínculos desempenham um papel crucial em atender suas necessidades físicas e psicológicas.

Ao discutir sobre a infância, é imprescindível ressaltar a significativa importância da instituição escolar na formação, assim como do processo educativo realizado na fase de educação infantil, o qual contribui de forma considerável para o processo de ensino e aprendizagem. Reconhecemos que todas as fases de desenvolvimento do ser humano são de extrema importância para a constituição do indivíduo perante a sociedade, no entanto, similarmente às sociedades antigas, a infância, bem como a etapa da educação infantil nas escolas, era considerada como dispensável.

Diante dessa premissa, a questão central da investigação reside na importância da fase de educação infantil para a formação do indivíduo perante a sociedade. Nesse sentido, como ponto de investigação, indaga-se: O desenvolvimento da criança tem origem em sua primeira comunidade social, que é a família? É perceptível que essa molda o indivíduo estabelecendo os fundamentos de seus princípios e valores perante a sociedade. Contudo, a escola também desempenha um papel fundamental nessa construção social, dado que ambas são as principais educadoras dos indivíduos. Assim, de que maneira a fase de educação infantil contribui para moldar a criança e influenciar seu desenvol-

vimento posteriormente?
No contexto educacional atual, há um intenso debate em torno das abordagens e técnicas empregadas no processo de educação precoce, e ao analisar essas discussões, tornam-se evidentes os obstáculos enfrentados. Estes desafios derivam de uma necessária avaliação das estratégias educacionais que reconheçam a verdadeira relevância do ensino inicial para o crescimento infantil, a fim de influenciar de maneira substancial na instrução dos pequenos. Dentro desse cenário, torna-se claro que uma das questões nas práticas de educação precoce é a falta de apreço de alguns educadores pelo trabalho e pela valorização desse estágio educativo.
As abordagens educativas na fase inicial devem seguir um novo caminho para serem concretizadas com efetividade, pois estamos em uma era de mudanças que demanda metodologias aprimoradas e impactantes. Logo, é crucial refletir sobre a implementação das estratégias educativas e seu impacto na formação dos cidadãos, especialmente no que se refere à educação infantil. Sob essa perspectiva, a educação inicial deve ser encarada como um período no qual o mundo do faz de conta e da imaginação, facilitados pela magia, se transformam em atividades capazes de desenvolver habilidades cognitivas, emocionais e artísticas nas crianças.

A EDUCAÇÃO INFANTIL AO LONGO DO TEMPO

Ao longo de todas as eras passadas, a noção de juventude foi retratada meramente como uma fase transitória sujeita a mudanças conforme as transformações sociais ocorriam. Por exemplo, na antiga sociedade romana, os laços de sangue eram frequentemente suplantados pelos laços emocionais, resultando em casos frequentes de abandono e adoção de crianças (TOMAS, 2001, p. 69).
No Império Romano, as crianças eram confiadas desde tenra idade às cuidadoras conhecidas como amas de leite, incumbidas principalmente de prover a educação e os cuidados necessários. Nesse contexto, a educação formal era reservada exclusivamente para os meninos, que eram supervisionados por pedagogos encarregados não apenas de sua instrução, mas também de inculcar boas maneiras (ARIÉS citado por TOMAS, 1960, p. 10).
Essa faceta educativa visava preparar os jovens para o futuro, sendo conduzida com rigor implacável, sem espaço para afeto ou demonstrações de carinho, tanto por parte dos pais quanto dos professores ou dos responsáveis pela formação e zelo das crianças. Conforme evidenciado, o conceito de infância nem sempre foi claro ao longo da história, mas as crianças sempre estiveram presentes na sociedade, independentemente da percepção dos adultos sobre elas. Segundo os estudos de Ariès, na Idade Média, a criança era amplamente desconsiderada, ignorando-se seu processo de desenvolvimento. Para Ariès (1981), a infância era menosprezada por ser vista como uma fase passageira, levando as crianças a serem integradas rapidamente no mundo adulto e assumirem responsabilidades próprias da idade madura.
A sociedade medieval revelava uma negligência em relação aos afetos infantis, pois as crianças eram integradas ao mundo dos adultos muito cedo, por volta dos seis ou sete anos, perdendo-se sua inocência. Não havia consideração especial por sua tenra idade, visto como um período de fragilidade e pureza, no qual faltava qualquer laço emocional tangível. O foco residia na disciplina e submissão exigidas dos pais, fundamentais para a manutenção da ordem familiar, seguindo os padrões da época, onde o afeto era encarado como uma distração capaz de minar a estabilidade familiar.
Essa desvalorização era impulsionada por diversos fatores, como as condições precárias de vida, altas taxas de mortalidade infantil, famílias numerosas e a delegação dos cuidados infantis a terceiros, como amas de leite ou outras mulheres, resultando na subestimação da infância ao longo dos séculos. Em todas as épocas, as crianças foram privadas de seus direitos fundamentais, como observado na construção histórica e no conceito de infância.
A desconsideração pela infância era evidente em diversos aspectos da sociedade, incluindo a Arte Medieval, que retratava crianças como adultos em miniatura, sem reconhecer sua singularidade infantil. Segundo Ariès

(1981, p. 52), a infância era vista como uma fase transitória e rapidamente esquecida.
Consequentemente, não havia incentivo para os adultos compreenderem o mundo interior e os sentimentos das crianças. Para Ariès (1981), o conhecimento e os valores infantis derivavam exclusivamente da transmissão dos adultos, limitando-se ao essencial para servir aos interesses dos mais velhos.
Não havia uma distância clara entre casa e trabalho, nem entre o mundo da infância e o dos adultos assim como tampouco havia uma preocupação com a formação das crianças, pois nem havia uma clara ideia de que a infância tal qual conhecemos existisse (CORSO; CORSO, 2006, p. 26)
Não havia uma preocupação em compreender e aceitar as distintas características e similaridades entre as crianças. Elas não exibiam originalidade em seus pensamentos, apenas reproduziam o que lhes era ensinado, sendo vistas pelos adultos como folhas em branco a serem moldadas para a convivência social.
Nessa perspectiva, a infância não era valorizada como um estágio essencial para o desenvolvimento infantil na sociedade daquela época. Conforme Ariès (1981), a estrutura familiar vigente visava primariamente a preservação dos bens materiais, sem priorizar vínculos afetivos ou amorosos. As demonstrações de afeto ocorriam fora do âmbito familiar.
Apenas no final do século XVII, sob a influência marcante da igreja católica e seu papel na educação, as crianças passaram a ser integradas em um novo ambiente social. A família passou então a investir em laços emocionais e afetivos com os pequenos, reconhecendo a importância de seu desenvolvimento e educação.
A partir desse momento, a família reestruturou-se em torno da criança, conferindo-lhe uma relevância que a retirou do anonimato anterior. Tornou-se insubstituível, irreproduzível em muitos casos, levando a uma limitação do número de filhos para melhor atenção (ARIÈS, 1981, p. 12).
Nesse novo paradigma, emerge o conceito de infância, agora apreciado e contextualizado sob uma ótica social. "As crianças passam a simbolizar um valor e uma identidade única" (TOMAS, 2001, p. 69-72). Essa transformação acarretou significativas implicações tanto para a sociedade quanto para a estrutura familiar, resultando em um planejamento mais cuidadoso sobre a decisão de ter filhos. A relação entre pais e filhos passa a ser pautada em serviço e cuidado mútuos, em contraste com a negligência observada ao longo de séculos passados.
Apesar da nova concepção acerca da infância e de sua relevância, apenas em 1959 a declaração dos direitos infantis foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. No entanto:

Somente a partir de meados do século XX, com a ratificação da convenção internacional sobre os direitos da criança pela ONU em 1989, é que a criança passou a ser reconhecida como um cidadão com capacidade para titularidade de direitos (TOMAS, 2001, p. 69-71).

O entendimento acerca da infância tem evoluído desde então, tanto no âmbito educacional quanto no familiar, enxergando a criança como um membro ativo da sociedade que necessita de cuidado, afeto e atenção. Atualmente, a percepção da criança é que ela deve ter a oportunidade de brincar, aprender e viver em seu próprio universo.
Nesse sentido, as crianças são agora consideradas na sociedade como indivíduos únicos, com diversas peculiaridades, construindo seus conhecimentos por meio das experiências que vivenciam.
Portanto, para que as crianças desfrutem plenamente de suas vivências, é essencial proporcionar um ambiente e práticas que valorizem e estimulem seu crescimento e desenvolvimento como membros ativos da sociedade.

O BRINCAR COMO PARTE FUNDAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Atualmente, com a entrada da mulher no cenário profissional e o consequente aumento da presença ativa das entidades na instrução dos pequenos, impactando o progresso infantil. Conforme Oliveira:

"Refletir de maneira cautelosa acerca da necessidade de estabelecer um ambiente favorável, respeitando as exigências neuro-psicológicas do infante como sujeito dinâmico e sociável, torna-se fundamental". (OLIVEIRA, 2000, p. 94).

A organização desse contexto pressupõe uma visão otimista da criança, reconhecendo-a como capaz de interagir livremente, desde que não se depare com restrições físicas ou interpessoais à sua liberdade de movimento, expressão e comunicação.
Segundo Santos, a ludicidade é:

(...) uma necessidade intrínseca ao ser humano em qualquer fase da vida e não deve ser interpretada unicamente como entretenimento. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o crescimento pessoal, social e cultural, contribui para a saúde mental adequada, prepara para um estado interior produtivo, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção de conhecimento (SANTOS, 2002, p. 12).

Nesse contexto, a preparação do educador infantil não deve se restringir aos aspectos intelectuais e cognitivos, mas também aos psicológicos, com atenção especial aos fatores afetivos-emocionais, considerando que, quanto menos consciente de si mesma a criança, mais vulnerável e suscetível se torna a estados de tensão, frustração, ansiedade, depressão, entre outros, por parte dos que convivem com ela.
A absorção desses estados desequilibradores, em grande parte inconscientes tanto pelo educador quanto pela criança, resulta em desconforto significativo, podendo se manifestar por comportamentos retraídos, ou, inversamente, agitados, distúrbios do sono, alimentação, etc. (FERREIRA, 2001, p. 90).
Tão crucial quanto uma seleção adequada (intelectual e emocional) dos professores é garantir sua contínua adaptação não apenas em termos de conhecimento e métodos de atuação, mas também em relação à sua saúde psicológica.
Da mesma maneira, uma interação mais organizada, próxima, confiável e descontraída com os responsáveis pelas crianças, escutando-os em suas reclamações e sugestões, pode contribuir significativamente para que as crianças brinquem mais, visto que o ato de brincar com envolvimento e felicidade reflete um sentimento positivo, uma boa ligação com os pais.
Zanluchi (2005) salienta que, "a definição dos limites entre a família e a escola demanda clareza, mas também comunicação". São sistemas com suas próprias particularidades, dinâmicas e funcionalidades, que se caracterizam pela sua constante e mútua abertura e intercâmbio.
Experiências lúdicas tanto com os professores quanto com os pais podem resultar em uma maior compreensão de si e do grupo como um todo.
Segundo Vigotsky:

A brincadeira é uma fonte de desenvolvimento e aprendizagem, representando uma atividade que estimula o desenvolvimento, pois a criança age de maneira mais avançada do que na rotina diária, desempenhando papéis e desenvolvendo ações que incentivam novos conhecimentos, habilidades e processos de desenvolvimento e aprendizagem (VIGOTSKY, 1998, p. 81).

O autor entende a brincadeira como uma atividade criada pela criança nas interações que estabelece com outros indivíduos e com os contextos culturais ao seu redor.
Outro elemento essencial da brincadeira, que tem um papel fundamental na formação dos indivíduos, é o poder da imaginação (VIGOTSKY, 1998, p.142).
Corsino (2009, p.79) destaca:

À medida que as crianças crescem, ampliam suas maneiras de brincar, interessando-se e compreendendo cada vez mais os jogos com normas, que lhes oferecem novas oportunidades para a experiência lúdica, interações sociais e a construção de novos conhecimentos.

A autora também ressalta que "as crianças aprendem as regras específicas dos jogos e também a tomar decisões, alternar papéis,

controlar emoções, desenvolver estratégias, respeitar os colegas, comunicar-se e negociar" (CORSINO, 2009, p. 104). Essa compreensão dos jogos também surge das interações sociais.

INTEGRAÇÃO DA MOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOB A ABORDAGEM PIKLER

A educação infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais e motores. Neste contexto, a abordagem Pikler, baseada nos princípios da autonomia, liberdade de movimento e respeito pela individualidade da criança, tem se destacado como uma metodologia eficaz para promover o desenvolvimento saudável na primeira infância. Este relato de experiência visa explorar a integração da motricidade na prática educacional com crianças pequenas sob a perspectiva da abordagem Pikler.

A abordagem Pikler, desenvolvida pela pediatra húngara Emmi Pikler, enfatiza a importância do cuidado respeitoso e da observação atenta das necessidades e capacidades individuais das crianças. Central para essa abordagem é a liberdade de movimento, que permite às crianças explorarem seu ambiente de forma autônoma, respeitando seu ritmo de desenvolvimento. A relação entre cuidador e criança é baseada na confiança, no respeito mútuo e na comunicação não verbal.

Falk (2014) denota que:

> Emmi Pikler estava convencida de que a criança que pode mover-se com liberdade e sem restrições é mais prudente, já que aprendeu a melhor maneira de cair, enquanto a criança superprotegida e que se move com limitações tem mais riscos de acidente porque lhe faltam experiências e desconhece suas próprias capacidades e seus limites. [...] já não acreditava que o bebê tivesse necessidade de intervenção direta do adulto, de suas instruções nem de seus exercícios para adotar, conservar ou abandonar as diferentes posições do corpo, nem para mudar de posição, nem para deslocar-se em pé e caminhar. Não acreditava que o ser passivo se tornasse uma pessoa ativa pelo impulso do adulto; além disso, não acreditava que aquele tipo de intervenção pudesse acelerar o desenvolvimento do bebê e pensava que, caso acelerasse, não apresentaria nenhuma vantagem para sua vida nem para o seu desenvolvimento. (FALK, 2004, p.12-13)

Ao aplicar os princípios da abordagem Pikler na educação infantil, é possível observar uma integração natural da motricidade no cotidiano das crianças. O ambiente é estruturado de forma a permitir que elas se movimentem livremente, explorem diferentes materiais e desafiem suas habilidades motoras. A presença de cuidadores atentos e sensíveis auxilia as crianças a desenvolverem sua autonomia e autoconfiança.

A observação cuidadosa do desenvolvimento motor de cada criança é essencial para adaptar as atividades de acordo com suas necessidades individuais. Estimular o desenvolvimento da motricidade fina e grossa por meio de brincadeiras e atividades sensoriais contribui para o fortalecimento dos músculos, o aprimoramento da coordenação motora e a promoção da consciência corporal.

A integração da motricidade na prática educacional sob a abordagem Pikler tem demonstrado impactos significativos no desenvolvimento das crianças. Ao promover um ambiente seguro e acolhedor que valoriza a liberdade de movimento, as crianças se sentem encorajadas a explorar, experimentar e aprender por meio de suas próprias experiências. Isso contribui para o desenvolvimento da autoconfiança, da criatividade e da capacidade de resolução de problemas.

A integração da motricidade na educação infantil sob a abordagem Pikler representa uma abordagem holística e respeitosa para o desenvolvimento das crianças pequenas. Ao valorizar a liberdade de movimento, a autonomia e a individualidade de cada criança, essa metodologia promove um ambiente propício para o crescimento saudável e integral. A observação atenta, o respeito pelas necessidades individuais e a promoção de interações afetuosas são pilares fundamentais dessa abordagem, que impactam positivamente não apenas o desenvolvimento motor, mas também o desenvolvimento emocional e social das crianças na primeira infância.

A educação e o cuidado durante os primei-

ros anos de vida estão intimamente conectados. Portanto, os cuidados prestados aos bebês devem ser vistos como ações educativas, uma vez que, por meio do cuidado, eles experimentam diversas situações que resultam em aprendizagem e, por conseguinte, em progresso. Assim, os cuidados precisam ser considerados como um conjunto de oportunidades de aprendizado que ocorrem no contexto das interações sociais.

Ao organizar as rotinas para as crianças pequenas, é essencial não apenas se preocupar com a segurança, mas também garantir que suas necessidades de movimento, exploração e interação com os colegas, o ambiente e os objetos sejam atendidas de forma mais autônoma, como é feito na Escola Infantil Emmi Pikler. Ter essa visão sobre as crianças e estar aberto a mudanças, reconhecendo suas habilidades em cada momento, juntamente com as atividades que promovem o desenvolvimento, e praticando uma escuta empática e atenta em relação à criança é o que efetiva as abordagens adotadas por instituições que se baseiam nos princípios de Emmi Pikler.

Dessa maneira, destacamos que a metodologia de Pikler oferece insights sobre como os adultos podem contribuir para o processo de desenvolvimento infantil.

Na fase inicial da educação, o acolhimento das crianças de 0 a 3 anos é realizado em instituições infantis. Esse período é reconhecido como a fase primordial da infância, onde os alicerces para o crescimento e as futuras descobertas são estabelecidos. Portanto, é crucial ter uma observação atenta dessas crianças, conforme preconizado pela Visão Pikler. (FREITAS et. al., 2004, p. 5).

Contudo, para implementar esses valores, é fundamental que se abandone a concepção de criança como passiva, incapaz e totalmente dependente dos adultos. Deve-se adotar a visão da criança como um agente ativo, com habilidades de interação com o ambiente, curiosidade, competência e em constante evolução. Para Pikler, a criança é um agente ativo, com suas próprias características e capacidade de agir de acordo com seus próprios desejos.

A instrução e a proteção nos primeiros anos de existência estão profundamente entrelaçadas, assim os cuidados com os jovens devem ser compreendidos como práticas instrutivas, visto que por meio da proteção eles experienciam inúmeras situações, que culminam em aprendizados e, por conseguinte, em progresso. Por isso, os cuidados devem ser considerados como uma coleção de aprendizados viáveis realizados no contexto das interações sociais. (ALMEIDA; MELIM 2019, p. 98).

Estar sensível a essa concepção sobre os jovens e optar por transformações, reconhecendo as habilidades em cada instante, assim como as tarefas que direcionam o desenvolvimento, praticando uma escuta sensível e atenta em relação ao jovem é o que torna realidade as práticas em organizações que têm se empenhado em um trabalho com jovens, embasando-se nos ensinamentos de Emmi Pikler.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fase infantil é uma das mais relevantes para o futuro das crianças e a família é diretamente responsável por proporcionar às crianças cuidados que visem promover o seu desenvolvimento. No decorrer do seu crescimento, a criança responde às exigências do ambiente e procura satisfazer as suas necessidades, ampliando a sua capacidade adaptativa com recursos cada vez mais complexos, estáveis e variados. Ao participar ativamente, suas funções são transformadas e organizadas hierárquica e progressivamente de forma que seja possível reconhecer diferentes sequências ao longo do tempo.

Reconhecer as crianças como seres ativos e envolvidos no mundo3 nos obriga a abordar seu desenvolvimento no contexto de seu cotidiano. O cotidiano se dá no ambiente familiar, cujo conjunto de práticas parentais favorece a construção, modificação e ampliação das expressões, demandas e exigências comportamentais da criança. Práticas parentais adequadas são necessárias para promover a organização e regulação das funções e competências do indivíduo, o que lhe permitirá adaptar-se às pressões e exigências do ambiente, especialmente nas fases iniciais do desenvolvimento.

Observar e promover o desenvolvimento infantil é condição fundamental para o desenvolvimento saudável, sem a angústia de medidas quantitativas relacionadas a com-

portamentos em idades específicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ordália; MELIM, ANA. A abordagem de Emmi Pickler: olhares sobre contextos educativos para bebês e crianças pequenas. Artigo, 2019.

ARIÈS. Philipe. História social da criança e a família. São Paulo, perspectiva, 1986.

CORSINO. Patrícia. Educação Infantil: cotidiano e políticas. Campinas, Autores Associados, 2009.

CORSO, D. L.; CORSO, M. Fadas no Divã: psicanálise nas Histórias infantis. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FALK, Judit. Educar os três primeiros anos a experiência de Lóczy. Araraquara: JM Editora, 2004.

FREITAS, Anita Viudes. A atenção pessoal aos bebês e às crianças bem pequenas nos centros de educação infantil: contribuições da abordagem Emmi Pikler. Disponível em: < http://revistaqualis.sumare.edu.br/index.php/revista/article/view/18/53 >. Acesso em 22 set.2024.

OLIVEIRA, Vera Barros de (org). O brincar e a criança do nascimento aos seis anos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PIAGET, J. A formação do símbolo na criança. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1978.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. O lúdico na formação do educador. 5 ed. Vozes, Petrópolis, 2002.

TOMAS, Catarina Almeida. A transformação da infância e da educação: algumas reflexões sócio-histórica. Pidéia Ribeirão Preto,v.11, n.21.2001/ Disponível em:<http:www.scielo.br/sccielo.php?pid>.Acesso em: 20 set.2024.

VIGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente. 6ª ed. São Paulo, SP. Martins Fontes Editora LTDA, 1998.

VYGOTSKY, L.S; LURIA, A.R. & LEONTIEV, A.N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

ZANLUCHI, Fernando Barroco. O brincar e o criar: as relações entre atividade lúdica, desenvolvimento da criatividade e Educação. Londrina: O autor, 2005.